

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2009.
(Do Senhor Deputado Raul Jungmann)

Requer seja convidado o Sr. Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores para debater, em audiência pública nesta Comissão, sobre o Acordo de Regularização Migratória assinado entre o Brasil e a Bolívia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, ouvida esta Comissão, que seja convidado o Sr. Celso Amorim, Ministro de Estado das Relações Exteriores, para, em audiência pública, nesta Comissão debater sobre o Acordo, por Troca de Notas, sobre Regularização Migratória, celebrado em 15 de agosto de 2005, entre a República Federativa do Brasil e a República da Bolívia.

JUSTIFICATIVA

Em 15 de agosto de 2005 foi celebrado o Acordo, por Troca de Notas, entre o Brasil e a Bolívia, que trata sobre Regularização Migratória. O objetivo principal do referido Acordo era a promoção e a integração socioeconômica dos nacionais dos dois países que se encontravam em situação imigratória irregular no território de seus respectivos países, possibilitando desta forma, a inserção dos imigrantes no país receptor. O referido Acordo apesar de tão importante não passou pelo crivo do parlamento, tendo sido assinado no âmbito do Executivo.

Sobre o processo migratório, especificamente na área da Bolívia, o senhor ministro Celso Amorim, esteve presente nesta Comissão em 17 de junho de 2008, atendendo a requerimento do Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, mas na ocasião o assunto tratado referiu-se mais especificamente ao problema de gás entre os dois países.

O governo da Bolívia não vem cumprindo o Acordo com o Brasil sobre regularização de seus nacionais vivendo no território do outro Estado-Parte. No

Brasil cerca de 38 mil bolivianos já foram regularizados desde a entrada em vigor do Acordo em questão. Do lado de La Paz, contudo a situação é diversa. Os brasileiros que vivem em território boliviano não foram regularizados pelo governo do país vizinho, em claro desacordo com o compromisso assinado com o Brasil. O governo boliviano, reconhecendo estar atrasado na implementação do Acordo naquele país, alega falta de recursos humanos e materiais para sua implementação.

Importante se faz que os membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional possam conhecer, debater e entender os motivos que estão levando o Governo da Bolívia a atrasar a implementação do Acordo e quais as providências que estão sendo adotadas pelo Governo brasileiro em relação ao assunto.

Sala das Sessões, de abril de 2009.

Dep. Raul Jungmann
(PPS/PE)